

# CÂMARA MUNICIPAL



DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 23/2018**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2018**

(Contém 18 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 23/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2018**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência do Exmo. Senhor Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

O Senhor Vice-Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 31 de outubro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**

O Senhor Vice-Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta da Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017. Informou que a Senhora Presidente está a participar numa reunião da Confederação de Municípios Ultrapерiféricos – CMU.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS – CONTENTORES RSU:**

O Senhor Vereador Nelson Santos entregou aos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira o documento de trabalho, referente à avaliação dos equipamentos coletivos de deposição de resíduos – contentores RSU, no Concelho de Lagoa. Apresentou um resumo do documento e disse que estava a partilhar o trabalho que foi feito, no sentido de receber também o contributo dos Senhores Vereadores. Informou que este documento foi enviado às Juntas de Freguesia do Concelho para se pronunciarem. Já recebeu algumas respostas, que informaram que concordam com o proposto.

Mais informou que se trata de um documento de trabalho, está aberto, as situações são dinâmicas e pretende que haja participação. O trabalho começou a ser feito a semana passada e pretendem concluí-lo até ao final do ano.

A Câmara tomou conhecimento.

### **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ROBERTO OLIVEIRA:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira dirigiu a palavra à Senhora Vereadora da Cultura expondo que vai realizar-se, no Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida, um Festival de Bandas Filarmónicas e questionou quantas Bandas vão participar.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que este evento não é organizado pela Câmara Municipal. Informou que é organizado pela Associação Musical de Lagoa, integrado nas comemorações do aniversário daquela Associação Musical.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz informou que tem conhecimento que irá participar a Sociedade Filarmónica Lira do Rosário, a Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva, de Santa Cruz, e uma Banda Filarmónica fora do Concelho. A Banda Filarmónica Fraternidade

Rural, de Água de Pau, foi convidada, mas ainda não respondeu. O ano passado também foi convidada e não participou.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que no convite indicam que têm o apoio da Câmara Municipal, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondido que a Câmara Municipal assegura o apoio logístico e o transporte das Bandas Filarmónicas.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que gostaria de lembrar que seria muito bom ter a participação das três Bandas Filarmónicas do Concelho. Alertou a Senhora Vereadora Albertina Oliveira, com competência na área da Cultura, que se este ano a Banda Filarmónica Fraternidade Rural, de Água de Pau, não participar, no próximo ano deverá haver um apelo à sua participação, pois faz todo o sentido, num Festival de Bandas Filarmónicas realizado no Concelho, participarem as três Bandas Filarmónicas do Concelho.

O Senhor Vice-Presidente referiu que fica registado o alerta apresentado pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, no sentido de ser sensibilizada a Direção da Banda Filarmónica Fraternidade Rural, de Água de Pau, para participarem no Festival de Bandas Filarmónicas, a realizar no Concelho de Lagoa.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que o ano passado já fez esta tentativa, mas sem sucesso.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou o que está previsto fazer na Quadra de Natal, no Concelho de Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que realizar-se-á o Concerto de Natal, no dia 16 de dezembro, pelas 17h00, na Igreja Matriz de Santa Cruz, com a participação da Banda Militar dos Açores e o Orfeão de Nossa Senhora do Rosário. Haverá animação com Grupos de Cantares Locais, no dia 15 de dezembro, no Bairro de São Pedro, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e no dia 16 de dezembro, no Bairro da Longueira, na Freguesia de Santa Cruz.

O Senhor Vice-Presidente informou que a abertura da iluminação de Natal, na Cidade de Lagoa, será no dia 7 de dezembro. A Junta de Freguesia de Santa Cruz vai realizar o Mercadinho de Natal, na Praça da República, naquela Freguesia, nos dias 14, 15 e 16 de dezembro.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que em termos desportivos vão realizar-se dois grandes eventos. No fim-de-semana de 15 e 16 de dezembro, decorrerá o I Torneio Cidade de Lagoa 0/947 de Ténis de Mesa, sendo que no dia 15 de dezembro a Escola Secundária de Lagoa estará aberta a toda a população que poderá participar. No final do ano, decorrerá a corrida II São Silvestre Cidade de Lagoa, que é bienal, tendo-se realizado a primeira, em 2016.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que já começa a haver alguma publicidade na imprensa de outras Autarquias, sobre a Quadra Natalícia, e a divulgação da Câmara Municipal de Lagoa está um pouco atrasada.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que alguns cartazes já foram divulgados e a Agenda Cultural está a ser preparada para divulgação. Mais informou que será aberto ao público, a segunda fase do Núcleo Museológico do Presépio e haverá, ainda, o Concurso de Presépios, no Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que sendo a Lagoa a terra dos “Bonecos de Presépio e do Presépio”, essa área deverá ser devidamente divulgada.

Expôs, ainda, o Senhor Vereador Roberto Oliveira que viu uma faixa publicitária sobre o “Black Friday” com horários alargados, nos dias 23 e 24 de novembro, na Lagoa, e comentou que não lhe parece que o “Black Friday” vai dar uma grande resposta ao comércio local, na Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente informou que essa foi uma iniciativa do NELAG – Núcleo de Empresários da Lagoa. Comentou que o comércio local, na Lagoa, necessita de crescer, e estas são boas iniciativas de dinamização para o comércio existente. Expôs que a Câmara Municipal propôs, por intermédio do Gabinete de Competitividade e Desenvolvimento Económico, o alargamento do horário de funcionamento do comércio local, nos dias 15 e 16 de dezembro, e haverá naqueles dias animação musical e infantil.

Em modo de conclusão, o Senhor Vice-Presidente expôs que relativamente à divulgação dos eventos de Natal, hoje começa-se muito cedo, no início do mês de novembro já se começa a falar do Natal, quando antes era no próprio mês de dezembro. Em sua opinião, perde-se um pouco a essência do Natal. É a sua posição pessoal.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que o Senhor Vice-Presidente deixou de ser Vereador a meio tempo e de ter competências delegadas, e gostaria que lhes dissesse o que foi “o mais e o menos” no exercício daquelas funções, nesta Câmara Municipal. Aquilo que gostaria de ter feito e não conseguiu, por falta de tempo, mas gostaria que um dia se tornasse realidade.

O Senhor Vice-Presidente referiu que tem muito gosto em partilhar com o Senhor Vereador Roberto Oliveira e os restantes Membros deste Órgão Executivo, a sua experiência neste ano, em que desempenhou as funções de Vereador a meio tempo e com competências delegadas, mas num contexto diferente, que não seja em reunião da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira manifestou que um dia gostaria que fosse feito um levantamento de todas as empresas instaladas no Concelho de Lagoa e não sediadas na Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente expôs que a Câmara Municipal, numa política de proximidade com o tecido empresarial, tem feito visitas mensais às Empresas do Concelho de Lagoa e esses contatos têm sido muito positivos.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR CARLOS AUGUSTO FURTADO:**

Na sequência do documento de trabalho entregue pelo Senhor Vereador Nelson Santos, sobre a avaliação dos equipamentos coletivos de deposição de resíduos – contentores RSU, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou o Senhor Vereador Nelson Santos como correu a situação dos contentores na Freguesia da Ribeira Chã e se os dois contentores que foram retirados foram os que davam apoio à Rua de São José.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que os contentores da Rua de São José não foram retirados, para que seja garantido o serviço às moradias não abrangidas pela recolha porta a porta. Foram retirados os contentores perto da Junta de Freguesia e junto ao Café na Rua da Boavista. Como já referiu o documento está aberto, as situações são dinâmicas e devem ser avaliadas consoante a sua implementação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deixou um alerta. Referiu que o noticiário nacional desta semana foi marcado por um desabamento da estrada municipal que liga Vila Viçosa a Borba, no Alentejo, e infelizmente esta situação trouxe-lhe à lembrança que no Concelho de Lagoa existem duas situações referenciadas no Plano Diretor Municipal de Lagoa, como zonas de risco, um talude na rua de S. José na freguesia da Ribeira Chã e uma arriba atrás da Igreja de Santa Cruz. Comentou que os políticos têm estado distantes destas situações. Há alturas certas para fazer pressão sobre estas situações e, em seu entender, esta é uma delas. Na Rua de São José vivem pessoas que passam muitas horas em casa, sob a ameaça de um desabamento. São taludes de grande altura que não têm consistência, pois há muita pluviosidade nos Açores e este outono tem sido bastante chuvoso.

Mais referiu o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que a proposta do Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores, para 2019, não apresenta qualquer valor ou atenção a estas duas situações. É uma situação que lhe preocupa e espera que também a todos os membros deste Executivo.

O Senhor Vice-Presidente referiu que a Câmara Municipal tem como prioridade máxima garantir a segurança dos seus munícipes, sendo essa uma obrigação. Nesse sentido, a Câmara Municipal deve tomar todas as devidas providências, dentro das suas competências, para salvaguardar pessoas e bens e alertar outras Entidades com responsabilidade. Como tal,

irão ter essas situações em consideração e junto das Entidades competentes saber em que ponto se encontra estas duas situações.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que na parte mais estreita da Rua de São José a família que lá residia foi realojada. O novo relatório do LREC faz referência à circulação de veículos naquela rua que deve de ser evitada e o cuidado a ter com as fissuras no pavimento, devido à infiltração de águas. Mais informou que apenas alguns moradores é que circulam naquela rua.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que é um assunto que merece atenção, já estão em exercício de funções há mais de um ano, e para além do relatório do LREC, não houve qualquer ação por parte desta Câmara Municipal no sentido de pressionar o Governo Regional dos Açores para resolver esta situação.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **VISITA ESTATUTÁRIA DO GOVERNO REGIONAL AO CONCELHO DE LAGOA:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que tinha uma questão para apresentar à Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a visita estatutária do Governo Regional ao Concelho de Lagoa, porque pareceu-lhe que ficou aquém das expectativas do Povo da Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente referiu que fica registada a nota do Senhor Vereador Roberto Oliveira e numa próxima reunião a Senhora Presidente da Câmara Municipal dará informação sobre o assunto.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **CINE TEATRO FERREIRA DA SILVA:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem gerado algum ruído a obra do Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau. Pediu que este assunto fosse abordado em reunião da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, envolvendo toda a população de Água de Pau e do Concelho, no sentido de se encontrar uma solução mais adequada. Segundo a opinião de algumas pessoas que se manifestaram, a solução apresentada pela Senhora Presidente da Câmara vai descontextualizar o que é a intenção das pessoas. As pessoas falam em recuperar o Cine Teatro Ferreira da Silva, mas o seu registo inicial e não em adaptá-lo a um edifício polivalente.

O Senhor Vice-Presidente referiu que na próxima reunião a Senhora Presidente da Câmara Municipal dará resposta sobre este assunto.

A Câmara tomou conhecimento.

**ORDEM DO DIA:****PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

O Senhor Vice-Presidente apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Câmara Municipal de Lagoa assinou “Declaração de Lagoa – Governação local para a saúde”;
- Câmara da Lagoa associou-se à campanha SOS cagarro 2018;
- Lagoa assinalou mês internacional de prevenção do cancro de mama;
- Luís Alberto Bettencourt atuou no Núcleo Museológico do Cabouco;
- Lagoa acolheu Ação de Formação sobre a Igualdade de Género no Poder Local;
- Escola Secundária de Lagoa acolheu sessões de educação política;
- Cristina Calisto realçou importância da Prolacto no desenvolvimento económico da Lagoa;
- Cristina Calisto recebeu comodoro José António Croca Favinha;
- Câmara da Lagoa procede à instalação de luminárias led na Praça de Nossa Senhora da Graça;
- Cidade de Lagoa recebeu I Congresso de Fisioterapia do Atlântico;
- Lagoa celebrou São Martinho;
- Balanço positivo para a realização do IV Azores Challenge Trail;
- Cristina Calisto visitou obras no Concelho;
- Obras de adaptação da Escola Profissional Inetese decorrem a bom ritmo;
- Município de Lagoa presente no XV Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Cascais;
- Entrega de habitação a família carenciada na Vila de Água de Pau;
- Lagoa assinala novembro azul prevenção do cancro do homem;
- EBI de Lagoa recebeu assinatura de declaração de compromisso para promoção de atividades de âmbito cultural e desportivo;
- Cidade de Lagoa recebeu, pela primeira vez, as V Jornadas APAV;
- Lagoa recebeu primeiro Azores TEK.

Sobre a Ação de Formação sobre a Igualdade de Género no Poder Local, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que na fotografia que viu só havia Senhoras, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondido que também houve a participação de Senhores.





O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se a Festa de São Martinho teve custos para a Câmara Municipal, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondido que a Câmara Municipal deu apoio logístico.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 2 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 19 de outubro de 2018, de proceder à abertura de um procedimento com vista à contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2019, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2019;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 0,65%.

#### **PONTO N.º 3 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 19 de outubro de 2018, de proceder ao início do concurso para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de

1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, foi presente a proposta, acompanhada da respetiva documentação, conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, conforme já referiu na reunião de 19 de outubro de 2018, não concorda que o valor do empréstimo seja tão próximo do valor da margem disponível por utilizar, porque não acautela uma necessidade futura que possa acontecer. Em sua opinião, a proposta devia ser na ordem dos 65%, ou seja, dois terços do valor da margem disponível por utilizar.

O Senhor Vice-Presidente referiu que este assunto já foi analisado naquela reunião, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentado as suas justificações. Acrescentou, tal como referiu naquela reunião, anualmente o Município vai amortizando o serviço da dívida, pelo que aquele valor da margem disponível por utilizar também vai aumentando.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira referiram que não são contra o empréstimo, mas vão abster-se porque, em seu entender, qualquer empréstimo não pode comprometer mais do que dois terços da capacidade do limite de endividamento, à data da contratação do empréstimo.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei:

1.º Autorize a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;

2.º Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1,15%.

**PONTO N.º 4 – RELATÓRIO PRELIMINAR – CONCURSO PÚBLICO “CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA”:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 26 de julho de 2018, que aprovou o projeto de “Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa”, procedeu à abertura de Concurso Público, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, sendo o prazo de entrega das propostas de 60 dias a contar da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores e nomeou as Comissões de Abertura e de Análise, foi presente o relatório preliminar com a classificação final dos concorrentes.

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que se trata de um relatório preliminar com a classificação final dos concorrentes, elaborado pelo júri, tendo em conta os critérios de apreciação das propostas de acordo com o programa do concurso. Viu o relatório e tem confiança no júri que analisou as propostas que certamente teve maior participação do segundo elemento do júri, dada a sua área de formação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vão abster-se, não são contra o relatório, mas como o Senhor Vereador Nelson Santos disse que tem confiança no júri que analisou as propostas, ele não, porque não os conhece, mas com o devido respeito pelas pessoas que compõem o respetivo júri.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com o proposto no relatório preliminar;

2.º Excluir o concorrente n.º 2, Transjet – Construções e Transportes, Lda. uma vez que o preço proposto 1.237.029,25 €, ultrapassa o preço base admitido para a empreitada de 850.00,00 €;

3.º Proceder à audiência prévia dos interessados, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

**PONTO N.º 5 – AUTORIZAÇÃO PARA AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS:**

O Senhor Vice-Presidente apresentou a proposta de autorização para aumento temporário de Fundos Disponíveis, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:

A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua atual redação;

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que define os procedimentos necessário à aplicação da LCPA, na sua atual redação;

Que a Câmara Municipal tem mensalmente que calcular os Fundos Disponíveis, verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicáveis e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, segundo a qual não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º da LCPA;

O disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde refere que a assunção de compromissos, deve ser efetuada pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão da ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente;


Que de acordo com o artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que autorizados pela Câmara Municipal;

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º Lei 7-A/2016, de 30 de março, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsetor local, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes.

Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.735.099,32€, por antecipação de receitas gerais (2.618.766,00 €) e próprias (2.116.333,32 €) de julho a dezembro de 2019, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA, conforme quadro seguinte.

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de receitas gerais	
Janeiro	- €
Fevereiro	- €
Março	- €
Abril	- €



Maio	- €
Junho	- €
Julho	436 461,00 €
Agosto	436 461,00 €
Setembro	436 461,00 €
Outubro	436 461,00 €
Novembro	436 461,00 €
Dezembro	436 461,00 €
Total	2 618 766,00 €

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de receitas próprias	
Janeiro	- €
Fevereiro	- €
Março	- €
Abril	- €
Maio	- €
Junho	- €
Julho	329 392,79 €
Agosto	655 508,15 €
Setembro	365 809,99 €
Outubro	286 805,01 €
Novembro	162 578,82 €
Dezembro	316 238,56 €
Total	2 116 333,32 €

“

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos sobre a proposta apresentada.

O Senhor Vice-Presidente informou que esta matéria está contemplada na Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. A Lei prevê que, a título excecional, os fundos disponíveis podem ser temporariamente aumentados, desde que autorizado pela Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.735.099,32 €, por antecipação de receitas gerais (2.618.766,00 €) e próprias (2.116.333,32 €) de julho a dezembro de 2019, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA, conforme quadro acima apresentado.

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:****PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 22 de novembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 820.306,19 € (oitocentos e vinte mil trezentos e seis euros e dezanove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

**UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:****SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 7 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – CINZEIRO, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Maria de Fátima Cristóvão de Melo Azemel Zeferino, residente no Largo da Graça n.º 71 R/C Dto., freguesia da Graça, Concelho de Lisboa, cabeça de casal da herança de Eugénio António da Silva Zeferino Pereira, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de partilha de bens onde consta o prédio rústico sito no Cinzeiro, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 1144/19931112 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 46 Seção AA, atribuindo o referido prédio aos seus filhos Eugénio Miguel de Melo Azemel Zeferino Pereira, solteiro, residente na rua da Flora n.º 151, Lombos Sul, Carcavelos, Concelho de Cascais e Ana Catarina de Melo Azemel Zeferino Pereira, divorciada, residente na Av. Marechal Francisco da Costa Gomes n.º 53 – OD, Lisboa.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

A requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de partilha conjunta de bens do prédio rústico sito ao Cinzeiro, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1144, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 46 seção AA da freguesia de Água de Pau.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um

qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **PONTO N.º 8 – CADUCIDADE DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – PROCESSO N.º 8/2016:**

Foi presente à Câmara Municipal o processo de obras n.º 08/2016, do Centro Social e Cultural da Atalhada, com residência na Rua das Mercês n.º 1, Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, referente ao licenciamento para a obra de construção de Complexo Social, sito na Rua das Mercês n.º 1, Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, acompanhado de informação dos Serviços administrativos que o processo caducou e após audiência do interessado, o requerente nada apresentou, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do referido processo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo n.º 08/2016 – Licenciamento para a obra de construção de Complexo Social, sito na Rua das Mercês n.º 1, Atalhada, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e arquivar o mesmo.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:**

#### **PONTO N.º 9 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA, TARIFAS DE DISPONIBILIDADE, DIVERSOS DO SERVIÇO ÁGUAS E TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:**

Foi presente a proposta de alteração ao tarifário de venda de água, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que na proposta apresentada foram corrigidas duas situações que não eram justas, mas a apresentação desta proposta não invalida o trabalho que será feito de revisão dos Regulamentos em vigor nesta Câmara Municipal. Ficou previsto em orçamento para 2019, a verba necessária para a contratação de uma empresa especializada na matéria, para assessorar a reformulação e revisão dos Regulamentos. Prevê

que a meio do ano de 2019, já haja uma proposta com os Regulamentos revistos e uniformizados com a mesma metodologia de trabalho.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou a proposta apresentada. Informou que se retirou deste ponto 3 - Diversos Serviços de Águas, os valores cobrados aquando da colocação de contadores em edifícios/lotes cujas infraestruturas já se encontram executadas e corrigiu-se a duplicação de tarifas previstas para as situações de interrupção de ligações. Houve um reajustamento e não houve qualquer aumento de valores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que existe a Recomendação n.º 1/2015, de 22 de outubro, da ERSARA que refere: "1. Em virtude da aplicação das tarifas de abastecimento de água, a entidade gestora deve ficar obrigada a realizar as seguintes atividades, não as devendo faturar de forma específica: a. Execução, manutenção e renovação de ramais de utilizadores domésticos, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, que inclui a eventual execução de nicho e fornecimento e aplicação de respetiva tampa quando tecnicamente viável, bem como trabalhos de levantamento e reposição de pavimentos públicos e trabalhos de escavação, com as ressalvas previstas nos números seguintes.

A evolução para uma situação de não cobrança de tarifas pela execução de ramais e pela ligação do sistema público ao sistema predial, referida na alínea a. do n.º 1 deste Artigo, deve ocorrer de forma gradual, recomendando-se para o efeito que:

- a. No ano seguinte à publicação desta Recomendação Tarifária devem ser cobrados pela execução de ramais de ligação valores até uma percentagem máxima de 75% dos valores em vigor no ano relativo à aprovação desta Recomendação;
- b. A proporção máxima referida na alínea anterior deve reduzir-se em 25 pontos percentuais em cada exercício económico subsequente, por forma a suprimir a cobrança destes valores num prazo máximo de 4 anos."

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que em algumas situações a Câmara Municipal justifica que as alterações são feitas de acordo com as Recomendações da ERSARA, mas nesta situação não está a aplicar a Recomendação.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que conhece a Recomendação e como já referiu os Regulamentos serão revistos e terão em conta esta Recomendação. Esta proposta trata apenas de uma correção.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou o Senhor Vereador Nelson Santos se não se sente capaz de fazer o trabalho de revisão dos Regulamentos, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que consegue fazer uma análise técnica, mas os Regulamentos têm uma componente jurídica e financeira e não são feitos por uma única pessoa. O recurso a uma Empresa da Especialidade é porque está dotada de Técnicos para a realização deste trabalho. Na parte técnica dará o seu contributo e no final também na parte política.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que julgou que o Senhor Vereador Nelson Santos fosse capaz de fazer esse trabalho. A última coisa que esperava ouvir do Senhor Vereador Nelson Santos era que a Câmara Municipal ia pagar a uma Empresa para reformular os Regulamentos, correndo o risco de amanhã ter de contrariar um documento técnico para fazer valer algum argumento que tem a ver com a sensibilidade e as carências da população. Disse, ainda, que assumia com o Vereador Nelson Santos a elaboração dos documentos de revisão dos Regulamentos.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que podem acompanhar os dois a elaboração dos documentos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que vai abster-se nesta votação. Concorda que tenham sido feitas estas correções, mas não deixa de dizer que decorrido um ano esperava que os Regulamentos da Câmara Municipal já estivessem revistos. Fazia parte do seu programa eleitoral a revisão desses Regulamentos e a atribuição de taxas e tarifas mais justas, principalmente, para os Serviços de Água e de Resíduos. Atendendo que já se passou um ano e ainda não se deu nenhum passo nesse sentido e isso contraria o seu programa vai abster-se nesta votação, na esperança de se rever os Regulamentos, a curto prazo.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que vota a favor, concordando com o que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse, mas entende, que votando a favor é participar numa medida que permite aos Municípios da Lagoa passarem a ter custos mais baixos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a proposta apresentada e aprovar os respetivos valores, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Dar a devida publicidade, através de Edital.

#### **DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**

O Senhor Vice-Presidente informou que a Senhora Vereadora Albertina Oliveira enviará aos Senhores Vereadores a proposta do Regulamento do Concurso de Presépios, para que possam dar os seus contributos, cujo documento será presente na próxima reunião da Câmara Municipal.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que face à experiência do ano anterior, sentiu necessidade de corrigir alguns pontos do Regulamento, de forma a torná-lo mais equitativo.

A Câmara tomou conhecimento.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:15 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA